

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 3323-6650
Fax Nacional 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.
São Paulo - São Paulo

Examinamos as demonstrações financeiras da BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a debênture contém obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira. A Companhia não atingiu o índice de relação Dívida Líquida/EBITDA que seria uma das obrigações contratuais relacionadas a indicadores financeiros. A Administração acredita que obterá êxito na renegociação das condições determinadas em contrato junto à instituição financeira envolvida obtendo um consentimento da instituição financeira (*waiver*) pelo não cumprimento de certas obrigações e portanto, manteve o saldo classificado em empréstimos e financiamentos em função de seus vencimentos originais. Em razão disso o saldo do passivo não circulante está maior em R\$ 26.443 mil e o passivo circulante a menor no mesmo valor, uma vez que pelo descumprimento de cláusulas contratuais o vencimento original do contrato é acelerado para o pagamento imediato.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 19 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.258	2.608	211	97
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	38.023	34.915	-	-
Estoques	10	88.326	106.753	-	-
Adiantamentos a fornecedor	11	1.196	3.463	-	-
Impostos a recuperar		593	710	-	-
Outros ativos	12	5.398	1.848	-	-
Total do ativo circulante		138.794	150.297	211	97
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativos fiscais diferidos	13	5.975	6.028	-	-
Depósitos judiciais e outros		811	838	-	-
Investimentos	14	-	-	19.022	30.002
Imobilizado	15	73.176	68.821	-	-
Intangível	16	37.173	26.907	-	-
Total do ativo não circulante		117.135	102.594	19.022	30.002
Total do ativo		255.929	252.891	19.233	30.099

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Fornecedores	17	91.262	106.857	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	44.929	16.775	-	-
Debêntures	19	12.204	10.121	-	-
Adiantamentos de clientes	21	8.320	8.761	-	-
Salários, encargos sociais e tributos a recolher	22	8.514	8.713	-	-
Outras contas a pagar		1	760	1	-
Total do passivo circulante		165.230	151.987	1	-
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	31.269	21.333	-	-
Debêntures	19	26.443	38.647	-	-
Provisão para contingências	23	652	763	-	-
Total do passivo não circulante		58.364	60.743	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	24	35.797	35.158	35.797	35.158
Adiantamento para futuro aumento de capital social		3.000	-	3.000	-
Lucros (Prejuízos) acumulados		(19.565)	(5.059)	(19.565)	(5.059)
Atribuível aos controladores		19.232	30.099	19.232	30.099
Participação de não controladores		13.103	10.062	-	-
Total do patrimônio líquido		32.335	40.161	19.232	30.099
Total do passivo		223.594	212.730	1	-
Total do passivo e patrimônio líquido		255.929	252.891	19.233	30.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	25	1.052.727	1.039.795	-	-
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	26	<u>(934.799)</u>	<u>(927.649)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		117.928	112.146	-	-
Receitas(despesas) operacionais					
Despesas comerciais	27	(51.770)	(43.026)	-	-
Despesas gerais e administrativas	28	(62.762)	(55.201)	(37)	(43)
Resultado de equivalência patrimonial	14	-	-	(14.480)	(1.601)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>(1.111)</u>	<u>528</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		2.285	14.447	(14.517)	(1.644)
Despesas financeiras	29	(24.956)	(19.533)	-	-
Receitas financeiras	29	<u>903</u>	<u>889</u>	<u>11</u>	<u>1</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(24.053)</u>	<u>(18.644)</u>	<u>11</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos		(21.768)	(4.197)	(14.506)	(1.644)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(89)	(833)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	<u>(53)</u>	<u>1.588</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(21.910)</u>	<u>(3.442)</u>	<u>(14.506)</u>	<u>(1.644)</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		(14.506)	(1.644)	-	-
Acionistas não controladores		<u>(7.404)</u>	<u>(1.798)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(21.910)</u>	<u>(3.442)</u>	<u>(14.506)</u>	<u>(1.644)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2014	2013	2014	2013
Resultado do exercício	<u>(21.910)</u>	<u>(3.442)</u>	<u>(14.506)</u>	<u>(1.644)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(21.910)</u></u>	<u><u>(3.442)</u></u>	<u><u>(14.506)</u></u>	<u><u>(1.644)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores							
		Reserva de lucros							
Nota	Capital social	Reserva legal	Adiantamento futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
	34.555	-	-	-	(3.415)	31.140	13.560	44.700	
Aumento de capital social	603	-	-	-	-	603	-	603	
Lucros distribuídos em controladas	-	-	-	-	-	-	(1.700)	(1.700)	
Resultado do exercício	-	-	-	-	(1.644)	(1.644)	(1.798)	(3.442)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	35.158	-	-	-	(5.059)	30.099	10.062	40.161	
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	-	3.000	-	-	3.000	10.000	13.000	
Aumento de capital social	639	-	-	-	-	639	1.000	1.639	
Lucros distribuídos em controladas	-	-	-	-	-	-	(555)	(555)	
Resultado do exercício	-	-	-	-	(14.506)	(14.506)	(7.404)	(21.910)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	35.797	-	3.000	-	(19.565)	19.232	13.103	32.335	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais					
Resultado do exercício		(21.910)	(3.442)	(14.506)	(1.644)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		12.483	11.078	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	-	-	-
Provisão para perda no valor recuperável dos estoques		-	-	-	-
Resultado na venda de ativo imobilizado		5.498	2.220	-	-
Resultado na venda de ativo intangível		9.760	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	14.480	1.601
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos		17.470	13.461	-	-
Provisão para contingências		(110)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		53	(1.588)	-	-
Custo de transações das debêntures		296	(1.454)	-	-
Aumento em contas a receber e outros recebíveis		(3.108)	(14.109)	-	-
(Aumento) redução em estoques		18.427	(43.073)	-	-
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedor		2.267	2.396	-	(3)
Redução (aumento) em impostos a recuperar		117	1.255	-	-
Redução em outros ativos circulantes		(3.550)	53	-	-
Redução (aumento) em depósitos judiciais e outros ativos não circulantes		27	13.298	-	-
Aumento (redução) em fornecedores		(15.595)	30.456	-	-
Aumento em adiantamentos de clientes		(441)	3.452	-	-
Aumento (redução) em salários, encargos sociais e tributos a recolher		(199)	1.743	-	-
Redução em outras contas a pagar		(759)	(63)	-	-
Juros pagos de financiamentos		(17.470)	(13.461)	-	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		3.256	2.222	(26)	(46)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	32	(22.355)	(21.469)	-	-
Caixa proveniente de alienação de imobilizado		8.102	633	-	-
Aquisição de intangível		(20.572)	(962)	-	-
Aquisição de investimentos		-	-	(3.000)	-
Fluxo de caixa decorrente das (aplicado nas) atividades de investimentos		(34.825)	(21.798)	(3.000)	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures		107.637	86.703	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures		(87.502)	(65.702)	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas		-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		13.000	-	2.501	(600)
Aumento de capital social		1.639	603	639	603
Lucros pagos		(555)	(1.700)	-	-
Caixa usado nas (proveniente das) atividades de financiamentos		34.219	19.904	3.140	3
(Redução) aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		2.650	328	114	(43)
Caixa e equivalentes de caixa em 1 ° de janeiro		2.608	2.280	97	140
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		5.258	2.608	211	97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A., localizada na Rua Funchal, nº 418, conjunto 3.101, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Suas controladas diretas, BCLV Comércio de Veículos S.A., BVAC Comércio de Veículos Ltda. e BVGE Comércio de Veículos Ltda, compreendem uma rede de concessionárias especializadas em veículos Premium, que têm como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

Em 23 de abril de 2014, a sua controlada, BCLV Comércio de Veículos S.A., assinou contrato de venda de duas filiais BMW localizadas nas cidades de São Paulo e Barueri. Por esse contrato, a Companhia cedeu para a compradora: direito de concessão para comercializar produtos BMW, nos termos concedidos pela BMW no contrato de concessão; direito de uso dos imóveis onde estão localizados os pontos comerciais das unidades; ativos inerentes à operação de venda e revenda de veículos e serviços de oficina e os estoques de peças dessas filiais.

Em 26 de setembro de 2014, a sua controlada, BCLV Comércio de Veículos S.A., celebrou contrato de venda da filial Mini localizada na cidade de Porto Alegre. Pelo contrato, a Companhia vendeu para a compradora: equipamentos, móveis/utensílios, ferramentais, sistema de informática, estoque de peças e acessórios para veículos da marca Mini, instalações e benfeitorias realizadas na filial.

Em 07 de julho de 2014, a sua controlada, BVAC Comércio de Veículos Ltda. adquiriu da BMW do Brasil a concessão por prazo indeterminado e o direito de exclusividade de comercialização dos veículos e peças das marcas BMW e Mini por 4 anos, na cidade de Brasília (Distrito Federal).

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia constituiu, com outros dois sócios não controladores, uma sociedade empresária limitada na cidade de Ribeirão Preto, denominada BVGE Comércio de Veículos Ltda, que tem por objetivo principal o comércio de veículos automotores e motocicletas usados.

2 Entidades do grupo

Controlada direta	País	<u>Participação</u>	<u>Participação</u>
		2014	2013
BCLV Comércio de Veículos S.A.	Brasil	66,48%	66,48%
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	93,80%	93,80%
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	60,00%	-

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de março de 2014.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nºs 7 e 6, respectivamente.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes a políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 30** - Instrumentos financeiros
- **Nota explicativa nº 31** - Compromissos com contratos

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 13** - Ativos e passivos fiscais diferidos
- **Nota explicativa nº 15** - Imobilizado
- **Nota explicativa nº 16** - Intangível
- **Nota explicativa nº 23** - Provisões para contingência

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia são classificados como “nível 2”.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- (i) *Contas a receber de clientes e outros recebíveis*
Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos as correções de juros são mensuradas ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O contas a receber e outros recebíveis decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração em função do curto prazo de realização.
- (ii) *Ativo imobilizado*
O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado nas abordagens de mercado cotado para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.
- (iii) *Ativos intangíveis*
O valor justo dos itens do ativo intangível, para fins de recuperabilidade, foi obtido através dos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente.
- (iv) *Passivos financeiros não derivativos*
Os fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia e suas controladas são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Estes passivos estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração em função do curto prazo de liquidação,

Os empréstimos e financiamentos e debêntures estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de créditos específicas, não negociadas em mercado ativo.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- (a) **ICPC 19/ IFRIC 21** - Tributos;
- (b) **CPC 38 / IAS 36 (Alterada)** - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- (c) **OCPC 7** - Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas demonstrações financeiras.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) *Aquisição de participação de acionistas não controladores*

É registrado, quando aplicável, como transações entre acionistas no patrimônio líquido. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Ajustes à participação de não-controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

(ii) *Controladas*

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia, até a data em que o controle, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

As controladas reconhecem o contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados pela prestação de serviços. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de

compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) *Capital social*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos no estatuto são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 24 f.

c. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativos são as seguintes:

• Edificações	60 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	5 anos
• Instalações	10 anos
• Benfeitorias	5anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador (“softwares”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) Fundo de comércio

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pelas controladas da Companhia os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída das controladas da Companhia do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* do fundo de comércio.

(iii) Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pelas controladas da Companhia são direitos de comercializar certas marcas de automóveis *premium* em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda do mesmo para outra empresa.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* dos direitos de concessão.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos, em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes a propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

f. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo valorizados pelo critério do custo médio ponderado.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as

condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia e de suas controladas não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o estoque e o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia e de suas controladas não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

h. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia e suas controladas não possuem outros benefícios pós-emprego.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

j. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de veículos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

(ii) Bônus

O bônus recebido pelas suas controladas das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

k. Arrendamentos

Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

Determinação de um contrato de arrendamento:

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento, no caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- O contrato contém direito de utilização do ativo.

Os prédios alugados utilizados para instalação de concessionárias da Companhia são classificados como arrendamento operacional.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- tarifas bancárias;
- despesas com juros sobre financiamentos e debêntures;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização

de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e saldo bancário	4.513	2.217	211	97
Aplicações financeiras	745	391	-	-
	5.258	2.608	211	97

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, principalmente CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 30.

9 Contas a receber de cliente e outros recebíveis

	Consolidado	
	2014	2013
Duplicatas a receber	28.794	25.941
Clientes partes relacionadas (Nota explicativa nº 20)	-	3
Cartões a receber	7.560	6.073
Outros créditos	1.669	2.898
Total	38.023	34.915

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 30.

10 Estoques

	Consolidado	
	2014	2013
Veículos novos	55.696	76.095
Veículos usados	7.735	5.873
Motos novas	5.542	5.447
Motos usadas	1.233	1.300
Peças e acessórios	17.509	17.409
Outros	611	629
Total	<u>88.326</u>	<u>106.753</u>

As movimentações para perda no estoque são as seguintes:

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	(362)	(361)
Provisão	-	(1)
Saldo final do exercício	<u>(362)</u>	<u>(362)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perda de estoque foi registrada na rubrica custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

11 Adiantamento a fornecedores

	Consolidado	
	2014	2013
Adiantamento a fornecedores de veículos	-	1.684
Adiantamento a fornecedores de serviços	1.196	1.779
	<u>1.196</u>	<u>3.463</u>

12 Outros créditos

	2014	2013
Adiantamentos diversos	1.436	1.390
Despesas antecipadas	462	458
Outras contas a receber (i)	3.500	-
	<u>5.398</u>	<u>1.848</u>

- (i) O saldo refere-se a venda de duas filiais localizadas nas cidades de São Paulo e Barueri da sua controlada BCLV Comércio de Veículos S.A., pelo montante de R\$ 15.000, dos quais encontram-se em aberto R\$ 3.500, que serão recebidos até o término de maio de 2015.

13 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Resultado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para contingências	222	259	(37)	-
Provisão para valor não realizável nos estoques	123	123	-	(19)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	212	242	(30)	-
Prejuízo fiscal a compensar	5.736	5.822	(86)	2.025
Custo de transação	(318)	(418)	100	(418)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>5.975</u>	<u>6.028</u>	<u>(53)</u>	<u>1.588</u>

Com base na estimativa dos planos de negócios, as controladas da Companhia reconheceram o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais correntes, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos prejuízos acumulados no montante de R\$ 7.616 na controlada BCLV Comércio de Veículos SA, pois a administração considera que não é provável que lucros tributáveis futuros venham estar disponíveis. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conciliação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Consolidado	
	2014	2013
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	(21.768)	(4.197)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto a alíquota nominal	7.401	1.427
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(7.616)	-
Compensação com prejuízo fiscal	(49)	-
Despesas não dedutíveis	(52)	(269)
Despesas dedutíveis	2	
Outras	<u>172</u>	<u>(403)</u>
Imposto corrente	(89)	(833)
Imposto diferido	<u>(53)</u>	<u>1.588</u>
Alíquota efetiva	-	18%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

	Controladora	
	2014	2013
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	(14.506)	(1.644)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	4.932	559
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(9)	(15)
Despesas dedutíveis	(4.923)	(544)
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido	-	-
Alíquota efetiva	-	-

14 Investimentos

A Companhia registrou uma perda de R\$ 14.480 em 2014 (perda de R\$ 1.601 em 2013) de equivalência patrimonial de suas controladas.

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

	Controladora	
	2014	2013
BCLV Comércio de Veículos S.A.	8.813	23.005
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	7.226	6.997
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	2.983	-
	19.022	30.002

	Participação	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Outros (i a iv)	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2014														
BCLV Comércio de Veículos S.A.	66,48%	101.318	69.811	171.129	102.521	45.906	148.427	22.702	(6.280)	8.813	792.008	(814.337)	(22.099)	(14.691)
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	93,80%	41.118	47.324	88.442	70.533	12.458	82.991	5.451	2.255	7.226	260.719	(260.476)	243	229
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	60,00%	4.000	-	4.000	28	-	-	3.972	(480)	2.983	-	(28)	(28)	(18)
		<u>146.436</u>	<u>117.135</u>	<u>263.571</u>	<u>173.054</u>	<u>58.364</u>	<u>231.418</u>	<u>32.125</u>	<u>2.144</u>	<u>19.022</u>	<u>1.052.727</u>	<u>(1.074.813)</u>	<u>(21.884)</u>	<u>(14.480)</u>
31 de dezembro de 2013														
BCLV Comércio de Veículos Ltda.	66,48%	125.711	89.407	215.118	120.887	59.930	180.817	34.301	200	23.005	871.368	(877.197)	(5.829)	(3.876)
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	93,80%	27.735	13.187	40.922	34.346	813	35.159	5.763	1.700	6.997	169.112	(166.682)	2.430	2.275
		<u>153.446</u>	<u>102.594</u>	<u>256.040</u>	<u>155.233</u>	<u>60.743</u>	<u>215.976</u>	<u>40.064</u>	<u>1.900</u>	<u>30.002</u>	<u>1.040.480</u>	<u>(1.043.879)</u>	<u>(3.399)</u>	<u>(1.601)</u>

- (i) De acordo com a Ata de Reunião de sócios de 02 de setembro de 2013, foi aprovada a distribuição desproporcional de lucros da BVAC Comércio de Veículos Ltda. no valor de R\$ 1.700;
- (ii) De acordo com a 17ª alteração do contrato social da BVAC Comércio de Veículos Ltda, foi aprovada a distribuição de dividendos aos sócios no montante de R\$ 555;
- (iii) O valor de R\$ 200 refere-se ao Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. em sua controlada,, sendo o valor total deste adiantamento de R\$ 600;
- (iv) O valor de R\$ 6.280 refere-se ao Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. em sua controlada no valor total de R\$ 1.100 e ao Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 10.000 realizado por um dos sócios na BCLV Comércio de Veículos SA .

15 Imobilizado - consolidado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Outros	Total
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2013	3.839	15.632	8.799	17.974	8.883	1.532	21.450	2.225	85	80.419
Adições	-	3.317	1.723	4.780	-	497	9.263	1.863	26	21.469
Baixas	-	(22)	(2)	(3.555)	-	(5)	(339)	-	-	(3.923)
Transferências	-	47	80	-	-	-	-	(127)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.839	18.974	10.600	19.199	8.883	2.024	30.374	3.961	111	97.965
Adições	-	3.570	2.947	14.431	-	693	8.251	-	-	29.892
Baixas	-	(2.360)	(2.069)	(7.743)	-	(270)	(10.053)	-	-	(22.495)
Transferências	3.961	-	-	-	-	-	-	(3.961)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.800	20.184	11.478	25.887	8.883	2.447	28.572	-	111	105.362
Depreciação										
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(257)	(6.006)	(2.027)	(2.941)	-	(374)	(7.956)	-	-	(19.561)
Adições	(31)	(2.042)	(994)	(3.006)	-	(194)	(4.389)	-	-	(10.656)
Baixas	-	16	-	953	-	-	104	-	-	1.073
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(288)	(8.032)	(3.021)	(4.994)	-	(568)	(12.241)	-	-	(29.144)
Adições	(86)	(2.217)	(1.102)	(3.635)	-	(217)	(4.679)	-	-	(11.936)
Baixas	-	1.037	686	2.418	-	109	4.644	-	-	8.894
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(374)	(9.212)	(3.437)	(6.211)	-	(676)	(12.276)	-	-	(32.186)
Valor contábil										
Em 31 de dezembro de 2013	3.551	10.942	7.579	14.205	8.883	1.456	18.133	3.961	111	68.821
Em 31 de dezembro de 2014	7.426	10.972	8.041	19.676	8.883	1.771	16.296	-	111	73.176

Garantia

Bens do ativo imobilizado foram concedidos em garantia de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 4.336 (R\$ 5.930 em 2013) pela BCLV Comércio de Veículos S.A., além dos próprios bens adquiridos por meio de financiamentos.

Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas avaliaram, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seus valores de recuperação.

O resultado de tal avaliação em 31 de dezembro de 2014 não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos.

16 Intangível - consolidado

	Software	Fundo de comércio	Direito de concessão	Marcas e patentes	Total
<i>Custo</i>					
Saldo em 1º de janeiro de 2013	652	4.770	21.220	188	26.830
Adições	589	-	360	13	962
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.241	4.770	21.580	201	27.792
Adições	409	282	19.835	47	20.573
Baixas	(81)	(4.200)	(5.556)	-	(9.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.569</u>	<u>852</u>	<u>35.859</u>	<u>248</u>	<u>38.528</u>
<i>Amortização</i>					
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(463)	-	-	-	(463)
Adições	(422)	-	-	-	(422)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(885)	-	-	-	(885)
Adições	(547)	-	-	-	(547)
Baixas	77	-	-	-	77
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(1.355)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.355)</u>
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2013	356	4.770	21.580	201	26.907
Em 31 de dezembro de 2014	214	852	35.859	248	37.173

a. Análise do valor de recuperação

Os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de fundo de comércio e direito de concessão, foram estimados com base em seu valor de uso, conforme mencionado na nota explicativa nº 30.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT. Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos *premium* e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

	Consolidado	
	<u>Taxa média ponderada (em percentual)</u>	
	2014	2013
Taxa de desconto	6,90 %	6,75%
Taxa de crescimento (perpetuidade) (i)	0 %	0%
Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos)	6,11%	2,64%

(i) As suas controladas não aplicaram taxa de crescimento de vendas (perpetuidade) após o exercício de 2019.

b. Baixas

As principais baixas do intangível refere-se a venda de duas filiais localizadas nas cidades de São Paulo e Barueri, conforme nota explicativa nº 1.

17 Fornecedores

	Consolidado	
	2014	2013
Fornecedores de veículos	82.298	94.883
Fornecedores de veículos partes relacionadas - Nota explicativa nº 20	760	-
Fornecedores de peças	5.079	5.241
Fornecedores diversos	3.125	6.733
	<u>91.262</u>	<u>106.857</u>

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2014 e 2013 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 30.

18 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa 30.

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	2014	2013
Capital de giro	R\$	CDI	15,80 %a.a.	2014	20.188	1.768
Capital de giro	R\$	-	17,50 %a.a.	2015 - 2016	7.367	4.788
BNDES Automático	R\$	TJLP	6,90 %a.a.	2016	1.170	2.105
BNDES Automático	R\$	-	5,08 %a.a.	2016	262	473
Conta garantida	R\$	CDI	15,30 %a.a.	2015	15.410	7.000
Conta garantida	R\$	-	12,50 %a.a.	2015	604	0
Conta garantida	R\$	-	17,46% a.a.	2015	3.323	1.081
Financiamento imobiliário	R\$	-	13,50 %a.a.	2021	3.061	3.551
Leasing	R\$	-	16,11%a.a.	2014	5.175	34
Finame	R\$	TJLP	13,00 %a.a.	2015	36	79
Finame	R\$	-	2,50 %a.a.	2019	5.990	7.208
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	17,30 %a.a.	2016 - 2017	3.612	-
Crédito Direto ao Consumidor - CDC	R\$	-	15,70 % a.a.	2014	-	21
Empréstimos entre partes relacionadas - Nota explicativa nº20	R\$	CDI	12,00 % a.a.	2016	10.000	10.000
					<u>76.198</u>	<u>38.108</u>
Circulante					<u>44.929</u>	<u>16.775</u>
Não circulante					<u>31.269</u>	<u>21.333</u>

Segue abaixo cronograma de amortização da dívida:

Exercício	2014	2013
2014	-	16.775
2015	44.929	13.703
2016	20.017	1.995
2017	6.014	1.708
2018 a 2021	<u>5.238</u>	<u>3.927</u>
	<u>76.198</u>	<u>38.108</u>

Garantias:

- Para os empréstimos e financiamentos pelas suas controladas são concedidos como garantias aval do controlador e imóveis.

19 Debêntures

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	2014	2013
Debêntures	R\$	CDI	11,4% a.a.	2015 - 2018	38.647	48.768
Circulante					12.204	10.121
Não circulante					<u>26.443</u>	<u>38.647</u>

Em 05 de fevereiro de 2013, a sua controlada BCLV Comércio de Veículos S.A. realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 50.000. Foram emitidas 50 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2014 e último vencimento em 15 de fevereiro de 2018. As Debêntures serão atualizadas com base na variação acumulada do CDI acrescido da taxa percentual equivalente a 2,67% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagável mensalmente, iniciando a partir de 15 de março de 2013 até 15 de fevereiro de 2018.

Quebra de cláusulas contratuais (*covenants*)

A sua controlada, BCLV Comércio de Veículos S.A., possui debêntures que de acordo com os termos do contrato, essas debêntures serão pagas em parcelas nos próximos 4 anos. Contudo, o contrato contém *covenants* que estabelecem que ao final de cada exercício social a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculadas com base nas demonstrações financeiras anuais seja igual ou inferior a 2,5 para o exercício de 2013 e 2,0 a partir do exercício de 2014 até a data do vencimento.

A sua controlada não atingiu os índices financeiros das cláusulas contratuais da debenture, no monte de R\$ 26.443 registrado no passivo não circulante a qual deveria ser classificado no passivo circulante, entretanto, Companhia acredita que obterá êxito na renegociação das condições, motivo pela qual não realizou a reclassificação.

Segue abaixo cronograma de amortização da dívida:

Período	2014	2013
2015	-	12.204
2016	12.204	12.204
2017	12.204	12.204
2018	2.035	2.035
	<u>26.443</u>	<u>38.647</u>

Garantias:

- Para as debêntures, foram concedidas como garantia: (i) três imóveis localizados: São José do Rio Preto em valor aproximado de R\$ 18.000 (fiador), Uberlândia e Ribeirão Preto de R\$ 6.187, (ii) aplicações financeiras realizadas no montante de R\$ 8.700 (fiador), que garantem 60% do valor da operação.
- Por meio da Ata da Assembléia Geral dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples em 13 de dezembro de 2013 foi aprovada a substituição do imóvel de Uberlândia - MG fornecido em garantia das Debêntures por aplicações financeiras no montante de R\$ 4.000 (fiador).

20 Partes relacionadas

Controladora

Durante o exercício de 2014 e 2013, o controle da Companhia pertence à Henry Visconde.

Operações com o pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração (Consolidado)

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas. No período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 2014, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia e suas controladas, totalizou R\$ 2.240 (R\$ 3.397, em 2013).

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Benefícios a empregados

Os principais benefícios que a Companhia concede aos seus empregados são: plano programa de participação nos resultados, plano de assistência médica.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativo						
Contas a receber (a) - Nota explicativa nº 9						
Henry Visconde	-	1	-	-	3	3
Aldo Biasetton Neto	-	2	-	-	-	2
	-	3	-	-	3	5
Empréstimos e financiamentos - Nota explicativa nº 18						
Mútuo financeiro a pagar (b)	-	-	(10.000)	(10.000)	(1.280)	(915)
Outras contas a pagar						
Henry Visconde (a)	-	-	(635)	-	(635)	-
Distribuição de lucros a pagar (e)	-	-	-	(760)	-	-
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (c) / (d)	-	-	(124)	-	(531)	(429)
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda. (c)	-	-	-	-	(1.698)	(1.498)

- (a) Transações comerciais de venda e compra de produtos e prestação de serviços.
- (b) Mútuo financeiro no valor de R\$ 10.000 tomados junto a membro próximo do acionista não controlador sendo corrigidos a taxa variável 102% do CDI mensal e registrado no resultado em despesas financeiras.
- (c) Refere-se à locação de imóveis para operação da Companhia.
- (d) Refere-se à compra de veículo usado no valor de R\$ 124.

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas são concedidos como garantias imóvel e aval pelo controlador.

21 Adiantamentos de clientes

	<u>Consolidado</u>	
	2014	2013
Adiantamentos de clientes de veículos	5.356	6.889
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	<u>2.964</u>	<u>1.872</u>
	<u>8.320</u>	<u>8.761</u>

22 Salários, encargos sociais e tributos a recolher

	<u>Consolidado</u>	
	2014	2013
Salários e encargos sociais	2.944	3.651
Provisão de férias	3.702	3.036
Tributos a recolher	<u>1.868</u>	<u>2.026</u>
	<u>8.514</u>	<u>8.713</u>

23 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia e suas controladas classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

Segue composição das provisões:

	2014	2013
Trabalhistas	92	203
Ações de indenização	524	524
Outros	<u>36</u>	<u>36</u>
	<u>652</u>	<u>763</u>

A provisão trabalhista refere-se a uma ação movida por um ex-funcionário da Companhia e suas controladas.

As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia e suas controladas.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 21.729 (R\$ 24.596 em 2013) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	2014	2013
Tributária	18.380	21.697
Ações de indenização	2.557	1.386
Outros	<u>792</u>	<u>1.513</u>
	<u>21.729</u>	<u>24.596</u>

As ações tributárias referem-se a autos de infração e imposição de multa de ICMS.

As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia e suas controladas.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 35.163.439 ações ordinárias (34.814.435 ações em 2013 sem valor nominal).

	2014 Participação	2013 Participação
Henry Visconde	98,0%	62,7%
Jorg Henning Dornbusch	2,0%	1,0%
Illan Empreendimentos e Participações Ltda.	-	34,7%
Abin Participações e Negócios Ltda.	-	1,3%
Alexandre Carvalho Gaeta	-	0,3%

Em março de 2014, a Illan Empreendimentos e Participações Ltda. reduziu seu capital social, que estava excessivo em relação ao objeto social, para restituição aos sócios. Dessa forma, foi transferida ao acionista majoritário a totalidade das ações na Companhia no montante de 12.094.399 ações, como forma de pagamento.

Em abril de 2014 houve a emissão de 349.006 ações, no valor total de R\$ 638, todas adquiridas pelo Jorg Henning Dornbush.

No mesmo período, dois dos acionistas detentores de 549.870 ações ordinárias venderam para o acionista majoritário a totalidade de suas ações da Companhia, no montante total de R\$ 635.

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (f).

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de lucros

Os lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2012 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de lucros, tendo sido absorvidos integralmente pelo prejuízo do exercício de 31 de dezembro de 2013.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, tendo sido totalmente realizado em 2013 mediante alienação dos ativos que lhe deram origem.

f. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76.

25 Receita operacional

	Consolidado	
	2014	2013
Receita de venda de veículos novos	722.801	736.698
Receita da oficina	103.658	84.717
Receita de venda de veículos usados	89.366	99.046
Receita de venda de motos novas	86.482	82.957
Receita de bônus das concessionárias	37.053	30.290
Receitas de venda de peças e acessórios	13.719	8.419
Receitas de agregados	9.217	4.683
Receita de venda de motos usadas	8.652	8.443
 Total da receita bruta	 1.070.948	 1.055.253
Menos:		
Cofins sobre venda	(9.968)	(8.090)
ICMS sobre venda	(2.209)	(1.950)
PIS sobre venda	(2.162)	(1.757)
ISS sobre serviços prestados	(1.305)	(1.252)
IPI sobre venda	(5)	(16)
Devoluções	(2.572)	(2.393)
 Total devoluções e impostos	 (18.221)	 (15.458)
 Total de receita	 1.052.727	 1.039.795

26 Custos por natureza

	Consolidado	
	2014	2013
Custos		
Custo de venda de veículos novos	(690.888)	(696.789)
Custo de venda de veículos usados	(83.940)	(92.850)
Custo de venda de motos novas	(75.916)	(70.909)
Custo da oficina	(65.520)	(53.750)
Custos de venda de peças e acessórios	(10.598)	(5.441)
Custo de venda de motos usadas	<u>(7.937)</u>	<u>(7.910)</u>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	<u>(934.799)</u>	<u>(927.649)</u>

27 Despesas comerciais por natureza

	Consolidado	
	2014	2013
Despesa com salários e encargos	(24.481)	(21.111)
Outras despesas	(9.172)	(7.418)
Despesa com comissão de vendas	(7.737)	(6.501)
Despesa com publicidade e propaganda	(6.449)	(4.740)
Despesa com fretes e carretos	(2.448)	(2.161)
Despesa com eventos	<u>(1.483)</u>	<u>(1.095)</u>
Despesas comerciais	<u>(51.770)</u>	<u>(43.026)</u>

28 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Consolidado	
	2014	2013
Despesa com aluguéis	(15.241)	(13.311)
Despesa com depreciação e amortização	(12.484)	(11.078)
Despesa com salários e encargos	(10.273)	(8.689)
Despesa com telefonia e dados	(2.880)	(2.681)
Despesa com segurança	(2.451)	(2.147)
Despesa com limpeza	(2.145)	(1.860)
Despesa com consultoria e assessorias	(2.800)	(1.611)
Despesa com manutenção e conservação	(1.836)	(1.421)
Despesa com energia elétrica	(1.331)	(1.081)
Despesa com material de consumo	(735)	(287)
Despesa com taxa e emolumentos	(208)	(232)
Outras despesas	<u>(10.378)</u>	<u>(10.803)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(62.762)</u>	<u>(55.201)</u>

29 Financeiras líquidas

	2014	2013
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(17.460)	(13.461)
Impostos sobre operações financeiras	(3.436)	(2.943)
Despesas bancárias	(2.747)	(1.952)
Descontos concedidos	<u>(1.313)</u>	<u>(1.177)</u>
	<u>(24.956)</u>	<u>(19.533)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	392	314
Descontos obtidos	256	354
Juros e multas recebidos	236	221
Variação cambial	<u>19</u>	<u>-</u>
	<u>903</u>	<u>889</u>
Financeiras líquidas	<u>(24.053)</u>	<u>(18.644)</u>

30 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2014

Em milhares de Reais

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.513	-	4.513	-	-	-	-
Aplicações financeiras	745	-	-	745	-	745	-	745
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	38.023	-	38.023	-	-	-	-
Outros créditos	-	5.398	-	5.398	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	76.198	76.198	-	76.198	-	76.198
Debêntures	-	-	38.647	38.647	-	38.647	-	38.647
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	91.262	91.262	-	91.262	-	91.262

31 de dezembro de 2013

Em milhares de Reais

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.217	-	2.217	-	-	-	-
Aplicações financeiras	391	-	-	391	-	391	-	391
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	34.915	-	34.915	-	-	-	-
Outros créditos	-	1.848	-	1.848	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	38.108	38.108	-	38.108	-	38.108
Debêntures	-	-	48.768	48.768	-	48.768	-	48.768
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	106.857	106.857	-	106.857	-	106.857

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

O risco de crédito da Companhia e suas controladas é minimizado em função da maior parte do recebimento ser feito à vista, por meio de adiantamentos, financiamento e troca com veículo usado.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas foi:

	Nota	Valor contábil	
		2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.258	2.608
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	38.023	34.915
Outros créditos	12	5.398	1.848

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 5.258 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.608 em 2013), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As movimentações da provisão para perdas por redução no valor recuperável (*impairment*) são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	(843)	(843)
Baixa	<u>220</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>(623)</u>	<u>(843)</u>

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras consolidadas para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	Consolidado	
	2014	2013
Valores a vencer	15.647	14.754
Vencidos:		
De 01 a 30 dias	14.074	16.609
De 31 a 60 dias	2.611	531
De 61 a 90 dias	877	328
De 91 a 180 dias	1.792	927
Acima de 181 dias	3.645	2.609
	38.646	35.758
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(623)	(843)
	<u>38.023</u>	<u>34.915</u>

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e a Empresa considera o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 90 dias, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Empresa acredita que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, demanda na outra ponta, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito de nos bancos parceiros.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

31 de dezembro de 2014	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 Meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
Fornecedores	91.407	91.407	91.407	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	83.906	99.127	63.910	23.237	6.724	3.037	1.607	612
Debêntures	38.647	47.370	16.787	15.106	13.409	2.068	-	-

31 de dezembro de 2013	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 Meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 86 Meses
Fornecedores	106.857	106.857	106.857	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	38.108	43.411	27.357	6.000	3.537	2.036	1.944	2.537
Debêntures	48.768	75.860	16.644	18.697	18.722	18.723	3.074	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia e suas controladas indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Risco	Consolidado Valor contábil	
		2014	2013
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		82.933	99.821
Empréstimos e financiamentos		37.102	15.692
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	TJLP e CDI	46.804	31.608
Debêntures	CDI	38.647	48.768

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R\$ 85.451 de debêntures e empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI e TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2014. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2014	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(1.206)	Aumento TJLP	5,00	(60)	6,25	(75)	7,50	(90)
Passivos Financeiros - Financiamentos	(45.598)	Aumento CDI	10,77	(4.911)	13,46	(6.139)	16,16	(7.366)
Passivos Financeiros - Debêntures	<u>(38.647)</u>	Aumento CDI Pré-Over	11,57	<u>(4.471)</u>	14,46	<u>(5.589)</u>	17,36	<u>(6.707)</u>
Total dos passivos financeiros	(85.451)	***	***	(9.442)	***	(11.803)	***	(14.163)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						<u>(2.361)</u>	<u>(4.721)</u>	

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2014	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(1.206)	Redução TJLP	5,00	(60)	3,75	(45)	2,50	(30)
Passivos Financeiros - Financiamentos	(45.598)	Redução CDI	10,77	(4.911)	8,08	(3.683)	5,39	(2.455)
Passivos Financeiros - Debêntures	<u>(38.647)</u>	Redução CDI Pré-Over	11,57	<u>(4.471)</u>	8,68	<u>(3.354)</u>	5,79	<u>(2.236)</u>
Total dos passivos financeiros	(85.451)	***	***	(9.442)	***	(7.082)	***	(4.721)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						<u>2.361</u>	<u>4.721</u>	

O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecerem retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

- De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1
- De alavancagem financeira* Maior que 1

(***) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia e suas controladas, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2014	2013
Ativo circulante	138.794	150.297
Passivo circulante	165.230	151.987
Índice de liquidez	0,840	0,989
Resultado do exercício	(21.910)	(3.442)
Patrimônio líquido	32.335	40.161
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	(0,678)	(0,085)
Resultado do exercício	(21.910)	(3.442)
Ativo total	255.929	252.891
RAT (retorno sobre o ativo total)	(0,086)	(0,013)
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	7,884	6,538

31 Compromissos com contratos - consolidado

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	2014	2013
Menos de ano	13.230	13.857
Entre um e cinco anos	27.575	26.790
Mais de cinco anos	1.365	1.332
Total	42.170	41.979

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguéis assinados, com compromisso de desembolsos anuais, conforme demonstrado no quadro acima, cuja vigência dos contratos de locação ocorrerá em média até 2017.

Os arrendamentos mercantis operacionais que a Companhia e suas controladas possuem são referentes aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Paulo, Campinas, Uberlândia, Porto Alegre, Brasília e Caxias do Sul.

32 Demonstrações de fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia realizou vendas de ativo imobilizado no montante líquido de R\$ 13.600, sendo gerado um resultado positivo de R\$ 1.302. Adicionalmente, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 29.892, dos quais R\$ 7.538 são itens não caixa referente ao contrato de Cédula de Crédito Bancário.

Composição do Conselho da Administração

Henry Visconde
Presidente

Composição da Diretoria

Henry Visconde
Diretor Superintendente

Contador

Verônica Aparecida Cocenza Vieira
CRC/SP 1 SP193416/O-5